

	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTO GERAL</p> <p>Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas</p>	<p>PG-03.10-039</p> <p>DATA: 01/12/2023</p> <p>REV.: 00</p> <p>PÁG. 1/12</p>
--	---	--

1. OBJETIVO

Estabelecer os requisitos de Relacionamento com a Comunidade aplicáveis a toda empresa contratada pela BAHIA GÁS para a execução de qualquer tipo de serviço ou atividade, visando minimizar ou evitar eventuais impactos negativos correlatos ao serviço contratado.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Este Procedimento se aplica a todas as empresas CONTRATADAS abrangendo os serviços realizados, mesmo parcialmente, em instalações ou frentes de trabalho da BAHIA GÁS.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. Agentes Públicos de Emergência – Órgãos que atuam diretamente na ocorrência de uma emergência: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar, Defesa Civil e SAMU.
- 3.2. Área de Influência – Compreende a área geográfica e a comunidade que pode ser direta ou indiretamente afetadas pelos impactos das atividades da Rede de Distribuição de Gás Natural da BAHIA GÁS. A caracterização desta área, definida a partir do estudo de riscos, abrange os ecossistemas e os aspectos socioeconômicos, culturais e de saúde.
- 3.3. Comunidade – Pessoas ou grupos de pessoas vivendo e/ou trabalhando em quaisquer áreas sujeitas aos impactos econômicos, sociais ou ambientais (positivos ou negativos) resultantes das operações de uma organização. A comunidade local inclui tanto pessoas que vivem próximas às operações de uma organização quanto as que vivem afastadas, mas, que podem ser impactadas por essas operações.
- 3.4. Colaborador – Toda pessoa que fizer parte da força de trabalho da CONTRATADA e/ou mantiver com a mesma qualquer vínculo empregatício.
- 3.5. Desenvolvimento Sustentável – O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme o Relatório de Brundtland (BRUNDTLAND, 1991), pressupõe um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.
- 3.6. Direitos Humanos – Direitos Humanos são Auma categoria de direitos assegurados a qualquer membro da humanidade e respaldados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- 3.7. Discriminação – Consiste numa ação ou omissão que dispense um tratamento diferenciado (inferiorizado) a uma pessoa ou um grupo de pessoas, em razão da sua pertença a uma determinada raça, cor, sexo, nacionalidade, origem étnica, orientação sexual, identidade de gênero ou outro fator.
- 3.8. Diversidade – Grupos de pessoas com nítidas diferenças e nítidas ligações entre elas; as ligações entre os grupos podem ser por raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental, ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, identidade de gênero ou qualquer outro fator de diferenciação individual.
- 3.9. Engajamento – Processo de interação com as partes interessadas para produzir melhores decisões e/ou resultados, para a empresa e suas partes interessadas. O nível de engajamento vai depender do tipo de decisão que está sendo feita (a exemplo, informar, consultar, envolver, colaborar, capacitar).
- 3.10. Equipamentos Urbanos: Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.
- 3.11. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca. A exploração sexual ocorre de quatro formas: no contexto da prostituição, na pornografia, nas redes de tráfico e no turismo com motivação sexual.
- 3.12. Faixa de Servidão – Área de terreno de largura definida, ao longo da diretriz, legalmente destinada à construção, montagem, operação e manutenção do duto, compreendida entre as cercas limítrofes das áreas industriais de origem/destino.
- 3.13. Grupos vulneráveis – Grupo de indivíduos com uma condição ou característica específica (ex: econômica, física, política, social) que poderia experimentar impactos negativos como resultado das atividades da organização com maior severidade do que a população em geral. Exemplos: crianças e jovens; idosos; ex-combatentes; famílias afetadas pelo HIV/AIDS; defensores dos direitos humanos; povos indígenas; deslocados internos; trabalhadores migrantes e suas famílias; minorias nacionais ou étnicas, religiosas ou linguísticas; pessoas que poderiam ser discriminadas com base em sua orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais (ex: lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, intersexo); pessoas com deficiência; refugiados ou refugiados que regressam aos seus países de origem; mulheres.

- 3.14. Impacto – Refere-se ao efeito que uma organização causa na sociedade, que, por sua vez, pode indicar sua contribuição (positiva ou negativa) para o desenvolvimento sustentável. O termo pode se referir a impactos positivos, negativos, reais, potenciais, diretos, indiretos, de curto prazo, de longo prazo, intencionais ou não.
- 3.15. Licença Social para Operar (LSO) – É definida como existente quando uma empresa ou projeto conta com a aprovação contínua, legitimação, aceitação da comunidade local e outros grupos de interesse.
- 3.16. NUDEC – Grupo constituído por representantes da comunidade que deverão ser capacitados nas questões de segurança, riscos e prevenção e como agir em caso de emergência. Este Núcleo deverá atuar como multiplicador de informações junto a sua comunidade local, mantendo o apoio da BAHIA GÁS através da GESEM.
- 3.17. Operação com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades – Operação, considerada isoladamente ou em combinação com as características de comunidades locais, que apresenta um potencial acima da média de impactos negativos, ou impactos negativos reais, no bem-estar social, econômico ou ambiental dessas comunidades locais. São exemplos de impactos negativos em comunidades locais os impactos na saúde e segurança da comunidade local.
- 3.18. Povos e Comunidades Tradicionais – Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.
- 3.19. Proprietários – Pessoas físicas ou jurídicas que possuam propriedades públicas ou privadas, em áreas rurais ou urbanas que tenham estabelecido em qualquer tempo uma servidão de passagem com a BAHIA GÁS.
- 3.20. Públicos de Interesse/Partes Interessadas – Públicos de interesse da BAHIA GÁS para aplicação de seu Plano de Contingência: proprietários, comunidades, escolas, órgãos do poder público, concessionárias de serviços públicos e agentes públicos de emergência.
- 3.21. Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) - Conjunto de dutos de gás natural da BAHIA GÁS.
- 3.22. Relacionamento Comunitário – Conjunto de ações desenvolvidas visando o engajamento das comunidades, através do diálogo contínuo e transparente, garantindo o respeito aos direitos humanos, à tradição e cultura locais e ao fomento ao desenvolvimento local. Este relacionamento deve ser integrado entre diferentes Unidades Organizacionais localizadas na área de influência

	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTO GERAL</p> <p>Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas</p>	<p>PG-03.10-039</p> <p>DATA: 01/12/2023</p> <p>REV.: 00</p> <p>PÁG. 4/12</p>
--	---	--

e ao longo do ciclo de vida do empreendimento, considerando ainda demais partes interessadas relevantes para o relacionamento com as comunidades.

3.23. SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
GESEM – Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde
LSO – Licença Social para Operar
NUDEC – Núcleo de Defesa Comunitária
ONU – Organização das Nações Unidas
RDGN: Rede de Distribuição de Gás Natural
SAC – Serviço de Atendimento ao Cliente
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

4. EQUIPAMENTOS/SOFTWARE/SISTEMAS

- 4.1. Além dos equipamentos e sistemas operacionais necessários para a execução e controle das obras e serviços pelas CONTRATADAS, podem ser requeridos outros equipamentos ou sistemas específicos para o atendimento dos requisitos deste Procedimento.
- 4.2. Considerando a complexidade e a imensa diversidade das situações aplicáveis, não é possível relacionar exaustivamente os recursos exigíveis.
- 4.3. Assim, cada CONTRATADA deve verificar os requisitos que se aplicam à sua respectiva área de atuação, considerando os serviços que pretende executar e avaliar quais os equipamentos, sistemas ou outros recursos serão necessários para a consecução dos objetivos propostos.

5. DESCRIÇÃO

- 5.1. A CONTRATADA deve conhecer e atuar em consonância com as recomendações estabelecidas nas Legislações e Normas Técnicas cabíveis e aplicáveis ao serviço contratado, principalmente aquelas listadas no item 6.1.
- 5.2. A CONTRATADA deve ainda atuar em convergência aos Procedimentos Gerais, cumprimento ao Código de Conduta e Integridade da BAHIA GÁS e Fluxos listados nos itens 6.2 e 6.3, a fim de reduzir e/ou minimizar ao máximo os efeitos indesejáveis provenientes de possíveis impactos causados pelas atividades do serviço contratado junto às comunidades do entorno.

- 5.3. A CONTRATADA deve zelar pela segurança das comunidades onde atua, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente recorrente de suas operações. (15 Compromissos de SMS: Relacionamento com a Comunidade)
- 5.4. A CONTRATADA deve manter o respeito e promoção dos Direitos Humanos, de acordo com os Princípios Orientadores para Empresas em Direitos Humanos da ONU; relacionar quando cabível às suas atividades os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU; diálogo ético e transparente com as comunidades e alinhamento com políticas públicas, planos, programas, projetos e benefícios nos âmbitos municipal, estadual ou federal.
- 5.5. O serviço de Relacionamento com a Comunidade na BAHIA GÁS nas áreas de influência das Redes de Distribuição do Gás Natural é operacionalizado ainda através da: comunicação de obra, resolução de conflitos/interferências e aplicação do Plano de Contingência. Quanto a aplicação do Plano de Contingência é executada por equipe multidisciplinar de funcionários próprios da BAHIA GÁS que mantém a responsabilidade técnica desta.
- 5.6. REQUISITOS GERAIS
- 5.6.1. A CONTRATADA deve manter e preservar a boa e respeitosa relação com as comunidades, adotando medidas para que seus colaboradores tenham comportamentos adequados, evitando vínculos próximos e de afetividade, sobretudo junto a crianças e adolescentes.
- 5.6.2. A CONTRATADA se compromete a não contribuir e nem praticar nenhum tipo de exploração sexual de crianças e adolescentes, devendo ainda sensibilizar seus colaboradores para o enfrentamento desta violência. Deve também divulgar e publicizar os principais canais de denúncia existentes, como os Conselhos Tutelares locais e Disque 100 – Disque Direitos Humanos.
- 5.6.3. A CONTRATADA fica ciente ainda que as ações poderão ser voltadas para a força de trabalho bem como as comunidades, devendo ser enviada a BAHIA GÁS a comprovação das ações de conscientização da força de trabalho e/ou das comunidades sobre o respeito aos Direitos Humanos.
- 5.6.4. A CONTRATADA deve adotar medidas para que seus colaboradores se conscientizem sobre o uso e abuso de entorpecentes e bebidas alcóolicas que impactem na condução do seu trabalho e se desdobrem em consequências danosas junto às comunidades.
- 5.6.5. Todos os prestadores de serviços da Companhia devem agir de acordo com os valores da BAHIA GÁS, de forma íntegra e mantendo os canais de diálogo permanentemente abertos com todas as comunidades onde a Companhia está presente, não cabendo qualquer forma de discriminação nessa relação.

	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTO GERAL</p> <p>Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas</p>	<p>PG-03.10-039</p> <p>DATA: 01/12/2023</p> <p>REV.: 00</p> <p>PÁG. 6/12</p>
--	---	--

- 5.6.6. A CONTRATADA deve fazer a avaliação juntamente com a Fiscalização do Contrato de possíveis impactos que suas atividades possam causar às comunidades, no intuito de evitar/reduzir efeitos não desejáveis.
- 5.6.7. A CONTRATADA deve, na medida do possível absorver a contratação de mão-de-obra local, expectativa gerada com a construção de novos empreendimentos. Como evidência desta ação poderá ser enviado a BAHIA GÁS quantitativo de contratados e gênero destes.
- 5.6.8. A CONTRATADA deve seguir os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, garantindo a ampla divulgação e conhecimento por seus colaboradores com vistas a assegurar a proteção dos dados conforme a lei, que por ventura tenham acesso.
- 5.6.9. Nas relações com a comunidade a CONTRATADA se compromete a manter canais permanentes de comunicação e diálogo com as comunidades onde atua, com objetivo de prevenir, monitorar, avaliar e controlar os impactos de suas atividades. O processo de escuta, informação e resposta deve ser feito de maneira clara e respeitosa, as reclamações e dúvidas devem ser tratadas com comprometimento e direcionamento à Fiscalização. As especificidades dos públicos de interesse devem prevalecer, e se necessário, ajustar os canais de comunicação, planos de escuta e respostas, proporcionando meios de engajamento destes.
- 5.6.10. Obrigatoriamente a CONTRATADA deve observar as recomendações contidas nas Normas Técnicas, conhecer os Procedimentos e Código de Conduta e Integridade da BAHIA GÁS (ver item 6.3).
- 5.6.11. Dúvidas e esclarecimentos relativos a esses documentos que a CONTRATADA venha a ter deverão ser sanadas antes da execução dos serviços.
- 5.6.12. A identificação e engajamento de partes interessadas é importante para ajudar a entender a vulnerabilidade das comunidades locais e como essas populações podem ser afetadas pelas atividades da organização.
- 5.6.13. A CONTRATADA deve considerar a natureza diferenciada das comunidades locais e adotar medidas específicas para identificar e engajar grupos vulneráveis. Isso pode exigir a adoção de diferentes medidas para permitir a participação efetiva de grupos vulneráveis, tais como tornar disponíveis informações ou formatos alternativos para não alfabetizados, povos e comunidades tradicionais.
- 5.6.14. A CONTRATADA deve apresentar mapeamento das partes interessadas.

5.7. REQUISITOS ESPECÍFICOS

- 5.7.1. Contato com as comunidades do entorno

- 5.7.2. A CONTRATADA deve fazer a avaliação dos eventuais impactos que as atividades da empresa possam causar às comunidades, tanto do ponto de vista de SMS como social e econômico, de modo a evitá-los ou reduzir ao máximo seus efeitos. Essas atividades podem estar relacionadas a novos empreendimentos ou serviços em Dutos já em operação, tais como roçagem, inspeções etc.
- 5.7.3. Qualquer material gráfico a ser distribuído pela CONTRATADA para as comunidades deverá ser aprovado pela Fiscalização do Contrato.
- 5.7.4. Qualquer reunião agendada com a comunidade deverá ser previamente comunicada à Fiscalização e ter a participação de preposto da BAHIA GÁS.
- 5.7.5. A CONTRATADA deve apresentar à Fiscalização como evidência deste requisito, no caso de novo empreendimento, o Plano de Comunicação de Obras (PCO), com prazo de 30 dias a partir da data de emissão da AS.
- 5.7.6. Em caso de Dutos em operação, a CONTRATADA deve apresentar evidências de que realizou comunicação prévia às partes impactadas pelos serviços.
- 5.7.7. A CONTRATADA deve elaborar o PCO para o cumprimento das estratégias de comunicação de obras, que minimamente contenha: caracterização contextual do entorno da obra, banco de dados com identificação/atualização das partes interessadas, planejamento da execução e monitoramento das ações (socialização de informações prévias / socialização de informações durante a obra / processo de mediação e resolução de conflitos/interferências).
- 5.7.8. A CONTRATADA deve elaborar e enviar Relatórios de Comunicação de Obra com documentos de verificação comprobatórios para acompanhamento da BAHIA GÁS. Relatórios Periódicos de Comunicação de Obras para acompanhamento parcial das ações executadas e Relatório Final com aspectos quantitativos e qualitativos das ações executadas.
- 5.7.9. A CONTRATADA deve participar de reuniões de Comunicação Social com a BAHIA GÁS para alinhamento e definição das ações: aspectos característicos das obras, impacto sobre as comunidades, estratégias de abordagem das comunidades.
- 5.7.10. A CONTRATADA deve realizar visitas a campo para: levantamento dos públicos de interesse impactados pelas obras, entrega de informativos institucionais referentes a obra, etc.
- 5.7.11. Quando necessário, as obras ou serviços que requeiram a evasão da comunidade, a CONTRATADA deverá adotar todas as providências necessárias para minimizar os impactos, providenciando transporte, local seguro, alimentação, água, etc.

	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTO GERAL</p> <p>Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas</p>	<p>PG-03.10-039 DATA: 01/12/2023 REV.: 00 PÁG. 8/12</p>
--	---	---

5.7.12. A CONTRATADA deve comunicar as comunidades do entorno de 3 a 5 dias corridos de antecedência para intervenções de obra, com o objetivo de minimizar impactos e transtornos inesperados.

5.7.13. A CONTRATADA deve fazer a manutenção de canais de comunicação com as comunidades vizinhas de modo a mantê-las informadas sobre planos de contingência, considerando, nesse processo, opiniões, sugestões e preocupações por elas manifestadas. A CONTRATADA deve apresentar como evidência deste requisito à Fiscalização: canais de comunicação oficiais, documentação que defina o canal de comunicação com o controle do fluxo de informação, processos formais de queixas por parte das comunidades locais.

5.7.14. A CONTRATADA deve seguir o Fluxo de Atendimento das Manifestações da Comunidade aonde contemple minimamente as seguintes etapas:

- i. Recebimento das Manifestações
- ii. Registro das Manifestações
- iii. Análise das Manifestações
- iv. Encaminhamento das Manifestações
- v. Acompanhamento das Manifestações
- vi. Resposta ao Manifestante
- vii. Fechamento das Manifestações
- viii. Métricas de Monitoramento e Avaliação

Etapa	Procedimento
i. Recebimento das Manifestações	As manifestações das comunidades poderão ser recebidas por distintos canais de comunicação pela CONTRATADA e deverão ser repassadas para a BAHIA GÁS. Canais de recebimento das manifestações: <i>e-mail</i> , telefone, SAC, atendimento presencial.
ii. Registro das Manifestações	Após o recebimento da manifestação, a mesma deverá ser registrada pela CONTRATADA em banco de dados.
iii. Análise das Manifestações	Após o registro da manifestação, uma breve investigação deve ser feita para análise do seu teor. O receptor das manifestações deverá analisar o teor destas e encaminhar à Fiscalização.
iv. Encaminhamento das Manifestações	Nos casos em que a resolução necessitar de encaminhamento para as áreas competentes, o manifestante deverá ter ciência do encaminhamento dado à sua manifestação.
v. Acompanhamento das Manifestações	A Bahiagás deverá acompanhar a tramitação das manifestações para otimizar suas resoluções. O acompanhamento da evolução do atendimento será alinhado com a BAHIA GÁS.

	<p style="text-align: center;">PROCEDIMENTO GERAL</p> <p>Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas</p>	<p>PG-03.10-039</p> <p>DATA: 01/12/2023</p> <p>REV.: 00</p> <p>PÁG. 9/12</p>
--	---	--

vi. Resposta ao Manifestante	O manifestante deverá ser informado sobre a tramitação da sua manifestação.
vii. Fechamento	Uma manifestação somente poderá ser finalizada mediante resposta ao manifestante. Em situação de queixas, a resposta também deverá conter a resolução da questão. Uma manifestação e ação decorrente é considerada fechada quando as ações necessárias já foram implementadas e há evidências desta implementação com os registros feitos.
viii. Métricas de Monitoramento e Avaliação	i. Quantitativo de manifestantes atendidos; ii. Nível da percepção da comunidade sobre a efetividade dos canais de comunicação; iii. Percentual de reclamações, sugestões e elogios; iv. Comparativo de <i>feedbacks</i> negativos e positivos; v. Percentual de resoluções atendidas e finalizadas.

5.8. Resolução de Conflitos/Interferências (PG-03.10-020)

- 5.8.1. A CONTRATADA deve realizar visitas em campo para negociação com a comunidade, visando possíveis soluções para as situações identificadas, a exemplo de construção irregular, invasão na faixa de servidão ou conflitos na operação dos Dutos.
- 5.8.2. A CONTRATADA deve elaborar Relatórios com: histórico, descrição das visitas e/ou reuniões realizadas, propostas de mediação/resolução dos conflitos, anexando toda a documentação comprobatória (registros fotográficos georreferenciados, listas de presença etc).

5.9. REGISTROS E CONTROLES

- 5.9.1. Considerando o fluxo de informações requeridas, este Procedimento define as seguintes atribuições das partes:
- 5.9.2. Da CONTRATADA
 - 5.9.2.1. Identificar e cadastrar lideranças comunitárias formais e informais;
 - 5.9.2.2. Identificar e cadastrar equipamentos sociais existentes nas comunidades (escolas, unidades de saúde, órgãos da assistência social, associações, etc);
 - 5.9.2.3. Identificar e cadastrar proprietários/as na faixa de domínio;
 - 5.9.2.4. Mapear as partes interessadas;
 - 5.9.2.5. Acompanhar o cotidiano das obras e demandas junto às comunidades;
 - 5.9.2.6. Informar a comunidade local sobre a construção do empreendimento;

- 5.9.2.7. Comunicar às comunidades do entorno sobre a execução das obras com antecedência de 3 a 5 dias corridos;
- 5.9.2.8. Contribuir para a manutenção da segurança e tranquilidade da comunidade;
- 5.9.2.9. Abrir e manter canais de comunicação para esclarecimentos e solicitações da comunidade;
- 5.9.2.10. Divulgar a população local além dos telefones de contato da CONTRATADA, os telefones de contato da BAHIA GÁS: 0800 071 9111 (SAC) e 0800 284 1111 (Emergência);
- 5.9.2.11. Elaborar e aplicar o Plano de Comunicação de Obras (PCO);
- 5.9.2.12. Orientar a comunidade sobre riscos e ações preventivas contra acidentes durante as obras e operação dos dutos;
- 5.9.2.13. Seguir o fluxo de atendimento das manifestações da comunidade com banco de dados e relatório descritivo que contenha os registros de manifestações e reclamações recebidas com o devido tratamento dado junto aos canais de comunicação estabelecidos;
- 5.9.2.14. Enviar a comprovação das ações de conscientização da força de trabalho e/ou das comunidades sobre o respeito aos Direitos Humanos;
- 5.9.2.15. Contratar parte da mão-de-obra local, enviar quantitativo de contratados e gênero destes;
- 5.9.2.16. Enviar medidas adotadas de conscientização quanto ao uso e abuso de álcool e drogas;
- 5.9.2.17. Participar de reuniões com a Fiscalização;
- 5.9.2.18. Reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade às pessoas ou comunidades afetadas com a máxima agilidade;
- 5.9.2.19. Na realização de serviços em propriedades privadas, os colaboradores envolvidos deverão ser orientados a:
 - i. Não retirar e/ou consumir frutas e flores das árvores;
 - ii. Não circular na propriedade além do local liberado para execução do serviço;
 - iii. Não capturar animais existentes na propriedade;
 - iv. Não descartar resíduos de alimentação ou do serviço em local inadequado.

5.9.3. Do Gestor ou Fiscal do Contrato

	<h1>PROCEDIMENTO GERAL</h1>	PG-03.10-039
	Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas	DATA: 01/12/2023
		REV.: 00
		PÁG. 11/12

- 5.9.3.1. Encaminhar para análise técnica da GESEM todas as documentações comprobatórias pertinentes e relacionadas aos requisitos deste Procedimento, previstas no item 5.6.4;
- 5.9.3.2. Informar a GESEM qualquer registro relacionado ao Relacionamento com a Comunidade observados durante a execução do contrato;
- 5.9.3.3. Aprovar e dar ciência a GESEM antes da circulação sobre material gráfico a ser distribuído pela CONTRATADA para a comunidade;
- 5.9.3.4. Comunicar a GESEM sobre agendamento de reunião com a comunidade.
- 5.9.3.5. Da GESEM
- 5.9.3.6. Analisar os documentos apresentados pela CONTRATADA para atendimento dos requisitos deste Procedimento e emitir parecer técnico ao Gestor ou Fiscal do Contrato;
- 5.9.3.7. Participar quando cabível das reuniões da CONTRATADA;
- 5.9.3.8. Acompanhar o andamento das manifestações da comunidade até a finalização da demanda;
- 5.9.3.9. Participar das reuniões com a comunidade;
- 5.9.3.10. Fiscalizar a atuação da CONTRATADA, em função das atividades desenvolvidas ou dos documentos necessários.

6. REFERÊNCIAS

6.1. LEGISLATIVAS

BRASIL, Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

BRASIL, Secretaria Nacional de Proteção Global. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos**.

6.2. NORMAS TÉCNICAS

ABNT NBR ISO 26000: 2010 – Diretrizes sobre responsabilidade social – Envolvimento e desenvolvimento da comunidade

GRI STANDARDS, Norma Técnica 413 - GRI 413: Comunidades Locais 2016

6.3. CÓDIGOS, FLUXOS E PROCEDIMENTOS

	PROCEDIMENTO GERAL	PG-03.10-039 DATA: 01/12/2023
	Requisitos de Relacionamento com a Comunidade para Contratadas	REV.: 00 PÁG. 12/12

BAHIAGÁS, Código de Conduta e de Integridade

BAHIAGÁS, PG-03.10-020 – Relacionamento com Públicos de Interesse

15 Compromissos de SMS – Relacionamento com a Comunidade

7. ANEXOS

Os arquivos anexos a este Procedimento estão disponíveis para *download* no seguinte endereço: <https://www.bahiagas.com.br/anexo-q12>

Este documento também é complementado pelas normas e procedimentos listados nos itens 6.2 e 6.3. É de responsabilidade da CONTRATADA verificar a necessidade de utilizar ou tomar conhecimento destas informações.

A Revisão atual (Rev. 00) deste documento foi elaborada por Milena Cerqueira Britto, aprovada por José Carlos Alves Gallindo Junior e homologada no dia 01/12/2023.